

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 01/03/2016 - Edição 1458

Sindicato patronal reafirma interesse de alterar condições do plano de saúde dos vigilantes de São Paulo



Sindicato de Barueri já se posicionou contra a manobra patronal e continua firme na defesa dos interesses dos trabalhadores

A No último sábado (27), o Sindicato dos Vigilantes de Barueri promoveu reunião em sua sede com o intuito de discutir com os profissionais de segurança privada os riscos do reajuste do plano de saúde, que consta na Cláusula 20ª - Assistência Médica e Hospitalar - da Convenção Coletiva de Trabalho.

Para esclarecer as possíveis mudanças na cláusula e responder dúvidas dos trabalhadores, o diretor do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança

Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp), Antônio Salvador Morante, esteve presente no encontro.

Durante depoimento, o diretor da Sesvesp ainda reforçou o interesse do

patronal em aumentar os valores do convênio médico. “Os empresários defendem a alteração da cláusula, já que precisam assumir os custos de contratação dos convênios”, explicou.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira, agradeceu a participação de Antônio Morante na reunião e, apesar das explanações, destacou que a diretoria continua sendo firme contra a medida proposta.

“O diálogo foi muito produtivo, mas volto a ressaltar que o dever das empresas é oferecer um plano de saúde de qualidade, sem interferir no bolso do trabalhador. Também não aceitamos essa brecha presente na CCT, que, mediante acordo, autoriza as empresas a trocarem o convênio pela cesta básica. São dois benefícios completamente diferentes e de direito da categoria”, afirmou.

Campanha Salarial 2017

Com objetivo de preparar antecipadamente a categoria para as negociações da próxima Campanha Salarial, o Sindicato realizará todo mês uma reunião interna para discutir com os vigilantes cada cláusula da CCT, propostas de mudanças e melhorias de condições de trabalho em geral para os trabalhadores do estado de São Paulo.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

Sindsegur-RN realiza protestos contra atraso de salários na Flash



Sindsegur-RN continuará lutando para que os vigilantes recebam seus salários até o quinto dia de cada mês

Depois de participar do ato público no hospital Maria Alice Fernandes na manhã desta segunda-feira (29), à tarde, o Sindsegur-RN realizou mais uma atividade de luta na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) da zona norte, em Natal.

Mais uma ação do Sindsegur, que foi até o local de trabalho protestar contra o atraso de salários. “Há dois

meses que a Flash Segurança não paga os salários dos vigilantes que trabalham no postos de serviços da UERN. Por isso, o nosso sindicato vai continuar denunciando mais esse abuso contra os trabalhadores. Além das ações políticas, temos encaminhado ações judiciais para garantir que os devidos pagamentos sejam efetuados”, declarou o coordenador geral do Sindsegur,

Francisco Benedito (Bené).

Ele reafirma que o sindicato vai continuar lutando para que todos os direitos dos vigilantes sejam respeitados, principalmente no que diz respeito ao pagamento dos salários até o quinto dia de cada mês. Fique atento e participe das lutas organizadas pelo seu sindicato.

Depois de se reunir com o vice-reitor da UERN, vigilantes aprovam greve a partir de sábado



Vice-reitor da UERN, Aldo Gondim Fernandes, recebeu a direção do Sindsegur e uma comissão de vigilantes

Durante os protestos contra o atraso de salários realizados na UERN, o vice-reitor, Aldo Gondim Fernandes, recebeu a direção do Sindsegur e uma comissão de

vigilantes em seu gabinete.

Durante a reunião o representante da UERN prometeu encaminhar as medidas cabíveis para que a empresa efetue os devidos pagamentos. Para

o coordenador geral do Sindsegur, Francisco Benedito (Bené), “apesar da reitoria da UERN demonstrar boa vontade, os vigilantes não podem continuar com os seus salários atrasados”.

Sem uma solução concreta, logo após a reunião com o reitor os vigilantes que trabalham nos postos de serviços da UERN se reuniram em assembleia e aprovaram a greve a partir de sábado, dia 5 de março, até que a empresa Flash pague os salários atrasados. Vamos juntos fortalecer mais essa luta.

Fonte: Sindsegur/RN

Nos últimos 10 anos, jornada feminina aumentou uma hora

Pesquisa do IBGE mostra que mulheres trabalham cinco horas a mais que os homens

A mais recente pesquisa do IBGE comprova que a mulher, apesar de ser maioria na população e maioria no mundo do trabalho, continua ganhando menos e trabalhando mais.

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) feita entre os anos de 2004 e 2014 com 150 mil famílias, a dupla jornada feminina aumentou uma hora. Agora elas trabalham cinco horas a mais do que eles.

A estatística também mostra que, enquanto a jornada de trabalho masculina fora de casa caiu de 44 horas para 41 horas e 36 minutos por semana, a carga horária dedicada ao trabalho doméstico se manteve estável. Ou seja, o tempo livre não foi revertido em maior dedicação ao lar.

Nesse mesmo período de 10 anos, a mulher manteve uma média de jornada de trabalho fora de casa de 35 horas e meia, mas ainda continua ganhando 24% a menos que os homens – e acumulando tarefas domésticas.

Para a economista Marilane Teixeira, a diferença persiste porque os homens não reconhecem que as responsabilidades devem ser compartilhadas de forma igualitária. “A cultura enraizada naturaliza papéis sociais para homens e mulheres”, comentou.

A dupla jornada é realidade da grande parte da população feminina no país.

“A mulher, na maioria dos lares, ainda é responsável pelas tarefas domésticas, pelos cuidados



familiares e dos filhos. A CUT junto com outras centrais sempre defenderam a compartilhamento de responsabilidades familiares para que a mulher possa ter mais igualdade de oportunidade”, explicou a secretária Nacional da Mulher Trabalhadora, Junéia Batista.

Segundo a dirigente, a responsabilidade das mulheres pelas tarefas doméstica geram problemas maiores nas relações de trabalho. “A divisão sexual do trabalho acarreta em discriminação no mercado de trabalho, violência a qual as mulheres estão submetidas diariamente com salários menores, condições degradantes e sofrendo mais constantemente assédio moral e sexual”.

Segundo a OIT, a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho vem ocorrendo de forma expressiva sem que tenha ocorrido uma nova pactuação em relação à

responsabilidade pelo trabalho de reprodução social, que continua sendo assumida, exclusivamente ou principalmente, pelas mulheres.

Existe uma recomendação da OIT sobre a Igualdade de Oportunidades e de tratamento para Trabalhadores e Trabalhadoras com Responsabilidades Familiares que é a Convenção 156, mas o Brasil está entre os poucos países da América Latina que não ratificou a recomendação internacional.

“A CUT também está na linha de frente na campanha pela ratificação da Convenção 156 no Brasil, porque as mulheres sindicalistas acreditam que é uma importante ferramenta para as mulheres conseguirem igualdade de oportunidade no acesso e permanência no mercado de trabalho e para que o Estado assumira sua parte com pessoas que dependem de outra para viver”, finalizou Junéia.

Fonte: CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF